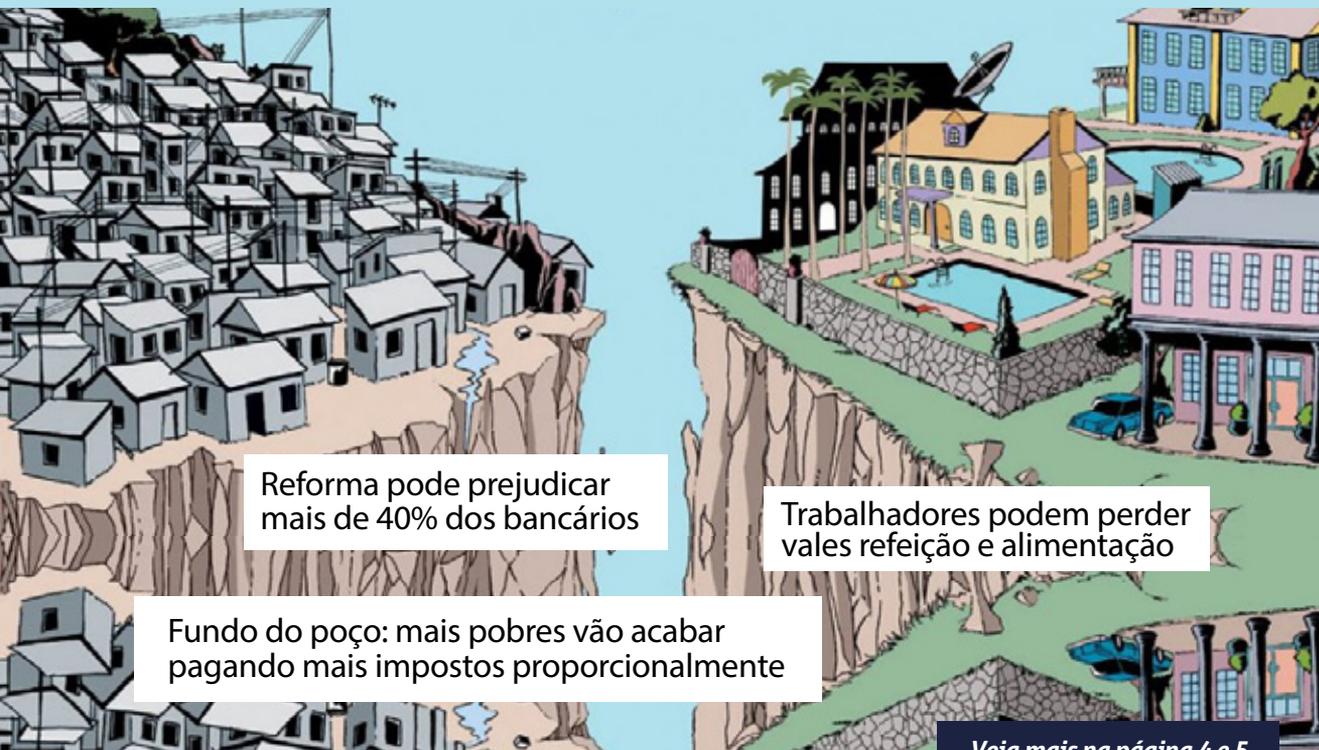


Reforma TRIBUTÁRIA de Bolsonaro:

Bomba para os mais pobres e alívio para os mais ricos



Reforma pode prejudicar mais de 40% dos bancários

Trabalhadores podem perder vales refeição e alimentação

Fundo do poço: mais pobres vão acabar pagando mais impostos proporcionalmente

Veja mais na página 4 e 5

#VACINAJÁ

Só Campo Limpo Paulista vacina bancários da nossa base

BANCÁRIO É PRIORIDADE.

#BancárioTambémÉEssencial
#NaVacinaComVocê
#VacinaJá



PG 2

Itaú

COE quer negociação sobre campanha "Vamos pro Jogo"

ESSE JOGO, NÃÃÃ



COE Itaú reivindica negociação sobre campanha "Vamos pro Jogo"

PG 6

Caixa

Banco decide encerrar GT 'Saúde Caixa' unilateralmente

DESMONTE DO SAÚDE CAIXA



PG 7

Jurídico

Empresas podem exigir o retorno ao trabalho presencial?



PG 2

Santander

Justiça condena banco a pagar R\$ 50 milhões por demissões na pandemia



PG 6

BB

Cassi Essencial tende a encarecer ao longo do tempo



PG 7

Os reais motivos de Bolsonaro para “recriar” o Ministério do Trabalho

Na última semana de julho, Bolsonaro decidiu recriar o Ministério do Trabalho e Previdência, com a publicação da Medida Provisória 1058/2021.

“Não nos enganemos na narrativa de uma suposta ‘recriação’ de um ‘Ministério do Trabalho’, que o próprio Bolsonaro destruiu e agora remonta a pasta, colocando ‘gentilmente’ nas mãos de aliados que, historicamente, votaram contra direitos e aposentadorias da classe trabalhadora”, alerta Jefêo Meira, Secretário de Relações do Trabalho da Contraf-CUT.

Pra inglês ver

A mesma MP, onde (re)cria o Ministério do Trabalho, também estabelece a Secretaria de Produtividade e a Secretaria de Desestatização. A primeira, ameaça a estabilidade dos servidores públicos e a segunda contribui com o plano de privatizações. Desta forma, Bolsonaro passa a impressão de estar próximo aos trabalhadores quando, na verdade, busca consolidar o desmonte dos direitos da classe.

R\$ 700 bilhões e 200 comissionados

Bolsonaro também aumenta o favor ao Centrão no Congresso, bloco com cerca de 200 parlamentares com grande influência nas votações. Para comandar a pasta, ele nomeou Onyx Lorenzoni, deputado federal licenciado do DEM-RS que passa a liderar um orçamento de R \$700 bilhões e terá mais de 200 cargos de indicação política.

Ação eleitoral

Sem dúvida, com a recriação do MT, Bolsonaro trabalha para tentar a reeleição em 2022. Essa é a avaliação do presidente da CUT Sérgio Nobre. “É somente uma medida com fins eleitorais com a qual Bolsonaro, desesperado ante as pesquisas e a CPI, busca alocar mais apoiadores dentro do governo e garantir, assim, votos e aprovação às suas ações desastrosas”, declarou em entrevista ao portal UOL.

Manifestações pelo Fora Bolsonaro tomam ruas do Brasil e exterior

As mobilizações do dia 24 de julho (#24J), foram mais uma vez lideradas por movimentos sociais e populares, sindicatos, organizações feministas, da juventude, religiosas e também por torcidas organizadas. Mais de 600 mil pessoas tomaram as ruas do país para pedir a saída de Bolsonaro, refletindo a indignação com denúncias de corrupção na compra de vacinas e o luto pelas quase 550 mil mortes por covid-19.

Em Jundiaí, os manifestantes caminharam pelo centro da cidade e homenagearam as vítimas da Covid. A cidade já perdeu mais de 1.500 pessoas para a doença que já tem vacina disponível no mundo desde o ano passado.



JURÍDICO

Trabalhadora que viajou durante quarentena é demitida por justa causa



Uma trabalhadora de um supermercado de Brusque, em Santa Catarina, aproveitou uma licença médica e viajou com o namorado para a cidade turística de Gramado, no Rio Grande do Sul. Na volta do passeio que durou um fim de semana, foi demitida

por justa causa, recorreu e perdeu em duas instâncias da Justiça. Ela ainda vai ter de pagar multa de 10% do valor da causa por litigância de má-fé.

O atestado médico era por suspeita de contaminação pelo novo coronavírus. Ela teria de ficar em casa isolada, como recomendam as autoridades da saúde para não disseminar o vírus que já matou mais meio milhão de pessoas no Brasil. Por isso, mesmo o resultado tendo dado negativo, além da justa causa, a trabalhadora vai ter de pagar a multa.

#VACINAJÁ

Somente Campo Limpo Paulista vacinou bancários na base do Sindicato

O Ministério da Saúde divulgou no dia 15 de julho nota técnica confirmando a inclusão de bancários e trabalhadores dos Correios na lista de grupos prioritários do Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19.

Desde então, sindicatos e federações de bancários de todo o Brasil começaram a pressionar prefeituras e governos estaduais para agilizarem o cumprimento da definição. Em várias cidades, prefeitos começaram a vacinar bancárias e bancários de agências locais.

Na base de Jundiaí, que conta com 9 municípios, até o fechamento desta edição, somente a cidade de Campo Limpo Paulista vacinou os bancários. Douglas Yamagata, secretário geral do Sindicato, lembra que a entidade enviou ofício às nove prefeituras das cidades que compõem sua base. “Desde o início da pandemia temos travado uma luta intensa para inserir nossa categoria como uma das prioritárias no Plano Nacional de



Imunização”.

O secretário de Comunicação da Contraf-CUT e diretor do Sindicato, Gerson Pereira, destaca que Campo Limpo foi a única cidade a dar importância ao serviço essencial dos bancários, antes mesmo da inclusão do PNI. “Eles entenderam os argumentos do Sindicato e a importância da categoria e seu trabalho na pandemia”.

As cidades de Várzea Paulista e Franco da Rocha informam que irão seguir o calendário por idade, uma vez que estão adiantadas dentro do Plano Nacional.

O Ministério da Saúde orienta que sejam destinados aos bancários e trabalhadores dos Correios 20% do total de doses de vacinas distribuídas às unidades da Federação.

Empresas podem exigir o retorno ao trabalho presencial?

Empresas podem determinar a volta do trabalho presencial?

Sim. De acordo com advogados especialistas em Direito do Trabalho, a MP 1046 de 2021, ainda em vigor, que institui medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, permite alterações de regime de trabalho sem anuência do trabalhador, independentemente da existência de acordos individuais ou coletivos.

O que acontece se trabalhador não voltar? As punições podem ser advertência, suspensão com desconto dos dias parados no salário e até mesmo a demissão por justa causa.

E no caso de trabalhador com comorbidades? Para os considerados grupos de maior risco, o empregador deve priorizar o teletrabalho. É o que diz a Portaria 20/ 2020, que determina

ao empregador medidas de prevenção, controle e mitigação dos riscos da transmissão da Covid-19. Mas a mesma portaria flexibiliza a determinação quando não for possível a realização do trabalho de forma remota.

Responsabilidades do empregador: Não é somente convocar o trabalhador e voltar ao que era antes. Luciana Barreto, advogada trabalhista, afirma que os empregadores devem adotar medidas para minimizar os riscos dentro dos locais de trabalho, previstas em lei, a exemplo de 14.019/020 que dispõe sobre o fornecimento de máscaras.

No caso dos bancários, a volta está sendo negociada antecipadamente com as entidades.

Maioria dos protocolos de volta às aulas presenciais são inadequados

País, professores e profissionais de educação e de saúde estão preocupados com os riscos trazidos pelo retorno às escolas enquanto o número de contaminação ainda é alto.

Segundo pesquisadores, os planos de retorno às aulas não são assim tão seguros e trazem uma série de problemas porque o novo coronavírus e suas variantes, causadores da covid-19, tem como principal via

de transmissão a aérea. Assim, a atenção dos protocolos deveria ser voltada primariamente à ventilação dos ambientes escolares. Mas não é. Não faz parte de nenhum dos planos examinados. O receio quanto ao risco de infecção também é alto em toda a comunidade escolar. Até 81,8% dos pais e 76,1% dos alunos do ensino médio se disseram inseguros com o retorno.

Encontros Nacionais abordam saúde, emprego, segurança, defesa dos bancos públicos e impactos da pandemia

Considerando que a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) dos bancos públicos tem vigência de dois anos, os encontros nacionais por banco tiveram caráter direcionado aos

temas da conjuntura, como emprego, saúde, teletrabalho, defesa dos bancos públicos, dentre outros.

Para a Conferência Nacional, que ocorre em setembro, o Comando Nacional dos Bancários já definiu que

vai reivindicar agenda com a Fenaban para negociar o retorno ao trabalho presencial. “Precisamos saber o que os bancos estão pensando e garantir que os bancários tenham toda a segurança para este retorno. Não vamos permitir

que a saúde do trabalhador seja colocada em risco”, afirma Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT.

Confira os principais temas debatidos nos encontros nacionais de cada banco.

BRASESCO

Saúde do Trabalhador é tema do Encontro Nacional

Os reflexos da pandemia na categoria foram tema central no Encontro Nacional dos Trabalhadores do Bradesco, realizado no dia 3 de agosto. O secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, Mauro Salles, revela que a pressão pela volta dos bancários vacinados já começou por parte dos bancos. “O acordo que tivemos com a Fenaban é que não haverá volta sem negociar os critérios, com um protocolo único mínimo de procedimento.”

Outra preocupação apontada por Mauro foi com os trabalhadores que ficaram com sequelas da Covid. “Sabemos que a maioria dos trabalhadores que tiveram Covid tem sequelas. Isso nos preocupa muito, tem que ser monitorado e os bancos têm responsabilidade. Imagine você trabalhar com excesso de sono, cansaço, falta de memória, dificuldades de cognição. Isso vai atrapalhar seu desempenho, vai impedir de bater as metas”. A Contraf-CUT, junto com a Unicamp, estão realizando pesquisa sobre as sequelas e impactos da Covid na categoria. O resultado será apresentado no Congresso Nacional, em setembro. Também foram debatidos no Encontro a segurança bancária e os impactos do home office.

ITAÚ

Banco continua lucrando e demitindo muito durante a pandemia

Emprego, remuneração, saúde, condições de trabalho e previdência complementar foram os temas debatidos no Encontro Nacional dos Funcionários do Itaú, realizado no dia 5 de agosto. Jair Alves, coordenador da COE, disse que foram deliberadas estratégias de negociação com o banco, incluindo a pauta de reivindicações específicas.

Mesmo durante a pandemia, com uma intensa crise econômica, o Itaú lucrrou R\$ 12,9 bilhões, no 1º semestre de 2021. “Está na hora de o Itaú colocar em prática seu lado bonzinho que mostra nas propagandas de TV, parar de demitir trabalhadores das agências e não contratar apenas funcionários de tecnologia. Passar a valorizar todo o seu corpo de funcionários, com garantia de emprego e melhores condições de trabalho”, disse Jair.

CAIXA ECON. FEDERAL

Conecef abordou ataques do governo ao ‘Saúde Caixa’ e aos planos de autogestão

O Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef) realizado nos dias 6 e 7 de agosto abordou a importância da Saúde Caixa e a estratégia do governo em restringir os planos de saúde de autogestão para facilitar a privatização de empresas públicas.

A luta pela revogação da resolução CGPAR 23, que trata da administração e

custeio dos planos de saúde, é prioritária neste momento para os empregados da Caixa. O Congresso deixou clara a relação das restrições previstas na CGPAR com a “gana” de retirada dos direitos dos trabalhadores para preparar as empresas para futuras privatizações.

No dia 30/7, a Caixa comunicou aos empregados que o Grupo de Trabalho

Saúde Caixa, criado para discutir propostas de modelos de custeio e de gestão que garantissem a sustentabilidade do plano, foi encerrado. Leonardo Quadros, presidente da Apcef/SP e integrante do GT, rebateu o banco. “Quando a Caixa diz que cumpriu o compromisso do GT, o que parece é que o objetivo do banco era impor aos empregados da ativa e

aposentados um modelo de custeio que atendesse somente aos interesses da empresa, já que a proposta apresentada por ela é extremamente onerosa aos usuários do plano”, disse. A proposta apresentada pela representação dos empregados mantém o modelo de custeio atual, com 70% dos custos financiados pela Caixa e 30% pelos empregados.

BANCO DO BRASIL

Congresso debateu o BB que o país precisa

Com debates e votações online, as reflexões do Encontro Nacional do BB giraram em torno do tema “Construindo juntos o futuro do Banco do Brasil”, com três mesas de debate: “Retrato do BB nos últimos anos”; “O BB que queremos para o futuro do Brasil” e “Diversidade para construir um banco realmente do Brasil”. Nesta última mesa, a discussão abordou a diversidade e a inclusão como forma de fazer com que o banco tenha cada vez mais a cara do Brasil.

“A história do desenvolvimento de nosso país se confunde com a do Banco do Brasil, a primeira instituição financeira brasileira. Os investimentos para a infraestrutura, o desenvolvimento industrial, do setor de serviços, comércio e agropecuário foram e são feitos pelo BB. Mas, pessoas e setores com interesses escusos menosprezam a importância do banco para o país”, disse o coordenador da CEBB, João Fukunaga. “Além disso, desde pelo menos 2016, o banco vem passando por constantes processos de reestruturações que, na verdade, acabam com sua estrutura e sua capacidade de fomentar o desenvolvimento da economia e do país como um todo. Não é este Banco do Brasil desestruturado que o Brasil precisa. Não é este Banco do Brasil capenga que a gente quer!”.

SANTANDER

Funcionários destacam truculência do banco no Encontro Nacional

Com o tema “Contra a precarização, em defesa da vida e do emprego”, o Encontro Nacional dos Funcionários do Santander, realizado no dia 3/8, destacou os ataques que o banco promove aos direitos dos trabalhadores e a truculência na relação com as representações sindicais que os defendem.

A presidenta da UNI Finanças, Rita Berlofa, lembrou que o banco já foi tido como um dos que mais atendia as reivindicações dos trabalhadores e que as mudanças ocorreram na gestão de Sergio Rial. “Estamos no dia a dia nesta luta insana com o Santander, que antes era um dos bancos onde conseguíamos mais avanços, mas, nesta atual direção, o banco se transformou no pior banco na relação com os trabalhadores. E isso tem nos obrigado a buscar a via judicial, mas essa não é nossa intenção. Sempre buscamos a via negociada, mas, diante da truculência do banco, estamos obtendo importantes vitórias na Justiça”, destacou.

Informativo do Sindicato dos Bancários de Jundiaí e Região - Filiado à Contraf/Fetec-SP/CUT

Presidente:
Paulo Malerba

Diretor Responsável:
Sérgio Kaneko

Redação:
Tarantina - Assessoria de Imprensa

Jornalista Responsável:
Sumara Mesquita

Diagramação/Projeto Gráfico:
Guilherme Hilário

Tiragem:
750 exemplares

Contato: (11) 4806-6650
(11) 4806-6651 WhatsApp Business
atendimento@bancariosjundiai.com.br
Rua Prudente de Moraes, 843, Centro - Jundiaí - SP

Reforma tributária de Bolsonaro pode prejudicar mais de 40% dos bancários



Mesmo com os pagamentos menores mensais na fonte previstos na reforma tributária proposta pelo governo, poderá ocorrer aumento no valor pago de Imposto de Renda Pessoa Física para 44,6% da categoria bancária, que recebe salário bruto de até R\$ 6.120, segundo a Relação Anual de Informações Sociais de 2019. A conclusão é de estudo preliminar do Dieese que considera somente as contribuições ao INSS como deduções legais.

Isto porque, como forma de compensar a perda de arrecadação com o aumento da faixa isenta sugerida na proposta de reforma tributária, o governo limitou a rendas de até R\$ 40 mil por ano a possibilidade de desconto simplificado na Declaração de Ajuste Anual para contribuintes. Esta mudança poderá prejudicar cerca de 2 milhões de contribuintes. Atualmente, qualquer contribuinte pode fazer a declaração simplificada, descontando 20% da renda tributável, limitado a R\$ 16.754,34.

Confira alguns detalhes da Reforma que podem trazer reflexos prejudiciais aos trabalhadores e ao país

▶ A proposta de reforma deveria avançar no sentido de cobrar mais impostos dos mais ricos. Em vez disso, o governo, mais uma vez, aposta em retirar direitos dos trabalhadores para garantir mais isenções aos empresários.

▶ Quem tem salário entre R\$ 3,3 mil e R\$ 6,9 mil será obrigado a fazer a declaração completa, e acabará pagando mais imposto do que atualmente.

▶ A redução da isenção para a tributação de dividendos de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil vai acabar com a micro e pequena empresa, porque vai condenar os sócios a terem a remuneração de um salário mínimo.

▶ Por sugestão da equipe de Guedes, Sabino incluiu na proposta o fim dos incentivos fiscais ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), colocando em risco os benefícios dos vale-refeição e vale-alimentação

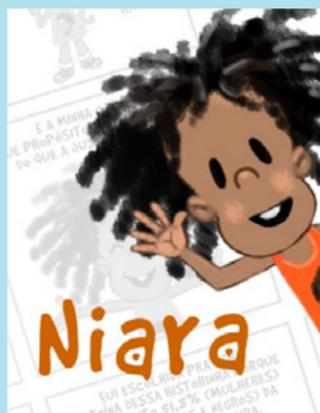
▶ A proposta revoga a desoneração de PIS-Cofins sobre medicamentos de uso contínuo. A medida pode levar a um aumento de 10% no preço dos remédios, segundo ofício da Abrafarma.

▶ Do ponto de vista de direitos, as mudanças podem levar o trabalhador formal a se aproximar muito do que acontece com o trabalhador informal.

Lógica de tributação invertida: com a maior parte dos impostos incidindo sobre o consumo, os mais pobres acabam pagando mais impostos proporcionalmente.

▶ Quanto mais rica for a pessoa, maior é a parcela de renda que permanece isenta de tributação.

▶ Prosseguem as graves distorções: motocobys são obrigados a arcar com alíquota de 2% do IPVA, enquanto jatinhos, jet-skis e helicópteros permanecem isentos.



Tributar os Super Ricos para desonerar os mais pobres

Duas propostas de reforma tributária estão em debate na sociedade. Uma delas foi elaborada pelo Instituto de Justiça Fiscal (IJF). Esta proposta tem o apoio de entidades sindicais e associativas como UNE, CUT, CTB, Contraf, Sindifisco, MST, MTST, CNTE, Associação Juízes pela democracia e muitas outras.

Conheça os principais pontos de uma reforma mais justa

▶ Revogar a isenção de impostos sobre lucros, dividendos e juros sobre capital próprio de quem investe em ações (Brasil é o único país do mundo que tem esta isenção) e tributar lucros remetidos ao exterior.

▶ Aumentar a faixa de isenção de Imposto de Renda para três salários mínimos, beneficiando 10 milhões de pessoas, e criar alíquotas maiores para quem ganha acima de R\$ 35 mil mensais (600 mil pessoas).

▶ Criar o Imposto sobre Grandes Fortunas para quem possui riqueza superior a R\$ 10 milhões.

▶ Aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos e indústrias extrativas minerais.

▶ Aumentar a alíquota máxima do Imposto sobre Heranças e Doações (ITCMD) de 8% para 30%, estabelecendo percentuais progressivos (nos países da Europa e Estados Unidos este percentual chega a 50%).

fontes: RBA/Contraf/SeebSP/

Péssimo para nós

Pessoas jovens, sem filhos e sem outras despesas legais além do INSS a declarar numa eventual declaração completa tendem a pagar mais imposto com a proposta do governo do que com o modelo atual.

Muitos bancários podem se enquadrar nessas características. Por outro lado, devem ser favorecidas pessoas de altas rendas que já utilizam a versão completa do Ajuste Anual, comumente as que mais possuem despesas dedutíveis, como de saúde e previdência privada.

“O projeto do governo Bolsonaro não altera um dos principais problemas do sistema tributário brasileiro. Ou seja, não enfrenta o elevado peso dos impostos indiretos [cobrados sobre bens e serviços] e sua regressividade. Os tributos indiretos afetam toda a população de maneira igual, independentemente da renda e do patrimônio, penalizando, assim, a população de baixa renda”, alerta a presidenta do Sindicato de SP, Ivone Silva.

Modelo Atual			Alíquota
Bancários Contribuintes	Faixas		
18,7%	95.784	Até R\$ 1.903,98	0%
2,6%	13.388	R\$ 1.903,99 - R\$ 2.826,65	7,5%
7,2%	36.767	R\$ 2.826,66 - R\$ 3.571,05	15,0%
12,8%	65.514	R\$ 3.571,06 - R\$ 4.664,68	22,5%
58,8%	301.970	Acima de R\$ 4.664,68	27,5%

Proposta do Governo			Alíquota
Bancários Contribuintes	Faixas		
19,9%	102.384	Até R\$ 2.500,00	0%
3,1%	16.109	R\$ 2.501,01 - R\$ 3.200,00	7,5%
13,0%	66.843	R\$ 3.200,01 - R\$ 4.250,00	15,0%
12,3%	62.978	R\$ 4.250,01 - R\$ 5.300,00	22,5%
51,6%	265.109	Acima de R\$ 5.300,01	27,5%

Fonte: RAIS, 2019
Elaboração: DIEESE
Rede Bancários

Podemos perder os vales refeição e alimentação



Jair Bolsonaro também incluiu na proposta de reforma tributária um item que pode acabar com os vales alimentação e refeição de 22,4 milhões de empregados e empregadas. A ideia é extinguir os subsídios fiscais que 282 mil empresas recebem para manter os vales, de acordo com os números do

Ministério da Economia.

Se a proposta original for aprovada, a categoria bancária, que tem VA e VR previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, enfrentará problemas, porque sua vigência é até 31 de agosto de 2022.

No total, 513.423 bancários recebem, cada um, vale-refeição mensal no valor de R\$ 831,16, totalizando R\$ 9.973,92 por ano de VR. Com relação ao vale-alimentação, cada bancário recebe R\$ 654,87 por mês, mais a 13ª cesta em dezembro, de mesmo valor, totalizando R\$ 8.513,31 por ano.

Relator recuou, só que...

O relator da reforma tributária, deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA), voltou atrás e anunciou que manterá no seu relatório da reforma tributária os estímulos fiscais para as empresas que concedem vale-refeição aos seus trabalhadores.

“A pressão dos trabalhadores fez o governo recuar, mas os trabalhadores não podem baixar a guarda e devem seguir cobrando os parlamentares para que as mudanças na reforma tributária não impactem na classe trabalhadora”, alertam os sindicatos.

Reforma tributária de Guedes é “granada no bolso” da Classe C

Entre os interesses do “mercado” e a população em geral no debate sobre a reforma tributária, o ministro-banqueiro da Economia, Paulo Guedes, optou, é claro, pelo mercado. Da forma como ele negociou as alterações ao PL 2337 com o relator Celso Sabino (PSDB), R\$ 10,7 bilhões irão escoar diretamente dos bolsos já abalados da Classe C.

COE cobra esclarecimentos sobre denúncias de monitoramento de funcionários

A COE do Bradesco se reuniu com a direção do banco para cobrar esclarecimentos sobre denúncias que os sindicatos dos bancários de todo o Brasil têm recebido de investigações em movimentações financeiras dos funcionários. "Precisamos ficar de olho neste tipo de monitoramento do CPF dos

funcionários. Isso não pode ultrapassar os limites. A própria LGPD protege os dados de todo brasileiro. Temos que tomar cuidado com qualquer tipo de invasão de privacidade", afirma Magaly Fagundes, coordenadora da COE.

O Bradesco explicou que são duas situações diferentes. As normas do banco

proíbem que o funcionário pague um boleto próprio, com a conta de um terceiro, mesmo que seja parente, sem o documento de autorização assinado pelo terceiro para o funcionário movimentar sua conta.

Veja mais detalhes em nosso site www.bancariosjundiai.com.br

COE Itaú quer negociação sobre campanha "Vamo pro Jogo"



A COE do Itaú cobra do banco uma negociação sobre a campanha "Vamo pro Jogo", um sistema de incentivo criado para aumentar e estimular as vendas de produtos e que compõe o programa de remuneração variável GERA.

Para Jair, coordenador da COE, o banco está desesperado por resultados e está mudando a toda hora os programas de

vendas. Isso acarreta muitos adoecimentos nos trabalhadores, pela excessiva cobrança de resultado. "Os funcionários estão nos relatando que está uma bagunça. Toda hora tem mudança nas grades de vendas. A COE e Contraf-CUT já estão negociando com o banco um novo programa de remuneração variável, que é o GERA. O objetivo é deixar de forma transparente a todos funcionários as maneiras de pagamento dentro do programa, que seja mais justa. Entretanto, com mudanças a toda hora, sem negociações, não temos como apoiar essa medida.

Adoecidos, sem salário e endividados: o drama de bancários do Itaú



Imagine você, bancário, adoecido, muitas vezes por conta do próprio trabalho e, ao voltar de licença médica, ou mesmo durante a licença, tem o holerite zerado ou a conta negativada pelo banco por conta de débitos oriundos do adiantamento emergencial de salário ou adiantamento previdenciário. De acordo com a direção do Sindicato de SP, o Itaú vem realizando débitos na conta corrente e zerando os holerites dos trabalhadores. Em alguns

casos, até mesmo o trabalhador em licença é descontado. Para os sindicatos, falta clareza na identificação dos débitos, oriundos de adiantamento emergencial de salário e adiantamento previdenciário e há demora no retorno com informações desencontradas da Central de Atendimento e da área de benefícios.

Funcionários que se sintam lesados nesse processo devem entrar em contato com o Sindicato.

Santander é condenado em R\$ 50 milhões por demissões na pandemia

Em ação movida pelo Seeb SP, o Santander foi condenado em R\$ 50 milhões por demissões durante a pandemia; por ataques aos participantes dos planos Cabesp e Banesprev; e perseguição aos dirigentes sindicais. A decisão é considerada inédita na história da Justiça do Trabalho de São Paulo.

Na sentença, o juiz Jeronimo

Azambuja ressaltou que o Santander declarou não possuir nenhum interesse em conciliação, mesmo após ter sido convidado para a primeira proposta conciliatória pela Justiça.

"Nada mais notório que vivemos em um país de extrema desigualdade (7º lugar como mais desigual, segundo a PNUD) e de cínica violência (1º

lugar em taxa de homicídios por armas de fogo, segundo a Pesquisa Global de Mortalidade por Armas de Fogo do Instituto de métricas e avaliação em saúde."

A sentença também levou em consideração a prática antissindical caracterizada pelo corte de 55% do salário de mais de 40 dirigentes sindicais bancários, cipeiros e

trabalhadores em estabilidade provisória que ingressaram com ações judiciais de sétima e oitava horas.



"Chapa 1 - Funcef é dos Participantes" vence as eleições para Conselhos Deliberativo e Fiscal



A Chapa 1 – A Funcef é dos Participantes venceu as eleições da Funcef para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, com 19.719 votos. A Chapa 1 defende a Funcef mais representativa, por um futuro sólido, com mais transparência e governança, com reversão do déficit e, primordialmente, por uma Funcef dos participantes. "A vitória da Chapa 1 reforça que os participantes não estão satisfeitos com a gestão e falta de transparência dos que estão na atual direção da Funcef. Tenho certeza do compromisso dos colegas que foram eleitos em termos uma Fundação forte, democrática e que dialogue com os associados.

E vamos continuar acompanhando essa direção e na luta pelos nossos direitos, afinal a Funcef é nossa, é o nosso dinheiro lá", afirmou Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da CEE/ Caixa.

Assim como o BB, Cassi e Previ correm risco de desmonte

Tanto Previ quanto a Cassi estão sob risco, com propostas de mudança na legislação e na regulamentação, como é o caso da Previ, e de desmonte partindo da própria administração, no caso da Cassi.

O coordenador da Comissão de Empresa do Funcionalismo, João Fukunaga, reforça o alerta sobre as ameaças que pairam sobre o futuro não só do Banco do Brasil, quanto da Cassi e da Previ. "Estamos passando por um momento de ataques na atenção à nossa saúde e à previdência complementar das trabalhadoras e trabalhadores, questões que dizem respeito diretamente à nossa qualidade de vida e das nossas famílias", diz.

Cassi Essencial
Fukunaga explica que o plano Cassi Essencial faz parte de uma estratégia para esvaziar

os planos já existentes (Cassi Família I e II) e a redução da corresponsabilidade do banco com a manutenção da Cassi e do Plano de Associados. "É uma política de governo, visando liberar as empresas públicas do compromisso com a saúde dos aposentados e pensionistas no momento que as pessoas mais precisam. O objetivo final é a precarização total para facilitar a privatização".

Mercado financeiro de olho no R\$ 1,2 trilhão dos fundos fechados

Também a Previ, segundo o coordenador da Comissão de Empresa, está ameaçada com as propostas de mudança na legislação e na regulamentação dos planos que tramitam no Congresso Nacional e no CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar).

"A previdência complementar

Empregados lutam por modelo que mantenha 70%/30%, mas Caixa se opõe



Na última reunião do GT Saúde Caixa, o banco recusou a solicitação do grupo para prorrogar as discussões sobre a construção conjunta de um modelo de custeio viável e sustentável para os usuários. O banco apresentou uma proposta que aplica integralmente a CGPAR 23, que estabelece contribuição paritária do banco e cobrança de mensalidade por beneficiário, de acordo com faixa etária e/ou renda, e o teto de 6,5% da folha de pagamentos e proventos para a Caixa custear o plano.

Em reuniões anteriores, o GT já havia apresentado a proposta de custeio do plano para 2022, como prevê o Acordo Coletivo de Trabalho e que mantém o modelo atual, com contribuição de 70% da Caixa e 30% dos empregados, sem necessidade de reajuste.

"Não aceitamos a implementação da CGPAR 23, sob qualquer aspecto. Além de não ser uma legislação, esta proposta não está prevista no Acordo Coletivo e a anulação de seus efeitos está sendo discutida no Congresso. Nós enfatizamos a necessidade de ampliar a discussão para levarmos propostas decentes aos colegas, mas a Caixa decidiu, unilateralmente, encerrar o grupo", conta a coordenadora do GT e da CEE/Caixa, Fabiana Uehara Proscholdt.

tem sofrido ameaças e muitos riscos pela postura do governo em abrir o mercado para as entidades abertas de previdência complementar. Na previdência complementar fechada, a previdência dos trabalhadores, os ativos

de quase R\$ 1,2 trilhão são cobiçados pelo mercado que as entidades abertas, comandadas por bancos e seguradoras, querem abocanhar com a conivência, ajuda e atuação firme do Ministério da Economia", denuncia Fukunaga.



É tempo de solidarizar. Junte-se a nós e faça a sua parte. Cada vida importa!

Apoie essa causa!

Na mais grave crise da humanidade, precisamos preservar vidas. O Sindicato Solidário é a mobilização dos sindicatos, federações e bancários em prol da humanidade.

É uma corrente de união, amor e respeito à vida. Com o objetivo de ajudar a quem precisa. *É tempo de humanizar.*



Acesse sindicatosolidario.com e saiba como participar.

Uma parceira para a **promoção da saúde!**



Convênios Educacionais

Escolas

Faculdades

Capacitação Profissional

Descontos para associados

LEGATA

Educação Infantil

NOVO!!

Saiba mais em nosso site ou com nossa diretoria

Fale com a gente! (11) 4806-6650 | convencios@bancariosjundiai.com.br

Fernandinha consegue vaga para se tratar na Espanha!

A jundiense Fernanda Manzutti, de 11 anos, embarcou dia 3 de agosto para a Espanha, onde vai iniciar o tão sonhado tratamento CAR-T CELL, o único que pode salvar sua vida. Filha da bancária Melissa Manzutti, da Caixa, há um ano e meio Fernanda enfrenta a Leucemia Linfóide Aguda (LLA), um câncer agressivo. Há dois meses, sua

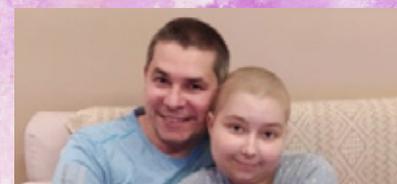
família vem movimentando uma campanha para obter recursos para o tratamento que ainda não existe no Brasil. A Espanha aceitou parte do valor para o tratamento.

A campanha pelos recursos prossegue, porque a previsão de tratamento inicial é de três meses, mas como a doença e a resposta a terapias são sempre

imprevisíveis, podem ocorrer mudanças no protocolo, nos prazos e novas necessidades podem surgir.

Nosso Sindicato, junto com bancários de todo o país, tem apoiado a campanha **#SalveAFernandinha** desde o início.

Fonte: *Tribuna de Jundiaí e Seeb Jundiaí*



Fernanda já iniciou o tratamento no Hospital da Espanha

O Sindicato apoia essa causa!



Ajude a pequena Fernanda!

› **Vakinha Virtual** www.vakinha.com.br/vaquinha/salve-a-fernandinha

› **PIX 11 97540 9718** | CAIXA | Nome: Melissa Manzutti de Freitas

› **Depósitos em conta**

Caixa Econômica Federal | Agência: 0316 Poupança: 0846775452-2 | Nome: Fernanda Manzutti da Rocha
Bradesco | Agência: 3642 | Conta Corrente: 4736-8 | Nome: Melissa Manzutti de Freitas

Mais informações em @SalveAFernandinha